



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio - DIRSEP
Rua Timbiras, 1802, Centro, Belo Horizonte -MG

ATA. 009/2007

PROCESSO n.º 1426/07

LICITAÇÃO n.º 091/07 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 23/10/2008

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2007, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.01, nº 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais nº 42.408 de 08.03.02, (alterado pelo Decreto nº 43.653/2003), nº 44.431, de 29.12.06(alterado pelo Decreto de nº 44.515, de 14.05.07), nº 43.652 de 12.11.03 (alterado pelo Decreto de nº 43.979, de 03.03.05), pela Lei Complementar nº123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **ORLANDO ADÃO CARVALHO**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

P

R

f

A



FORNECEDOR:

LOTES 1 e 5 – Primomondo Indústria de Móveis Ltda, com sede na Rua Giovanni Baptista Fracalossi, s/n, Distrito Industrial, Bairro São Valentin, em Bento Gonçalves/RS, em, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.077.872/0001-10, neste ato representada por seu procurador, Sr. Antônio do Oliveira Azevedo, residente à Rua da Liberdade, nº 266, na cidade de Betim/MG, portador da Carteira de Identidade n.º 1179, SSP/MG, CPF n.º 118.684.496-53;

LOTES 2 e 3 – Coperflex Indústria e Comércio de Móveis e Peças para Escritório Ltda, com sede na Av. Caetano Schincariol, nº 325-A, Parque da Empresa, em Mogi Mirim/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.896.127/0001-91, neste ato representada por seu sócio Sr. Luiz Carlos Ferreira dos Reis, residente à Rua Reverendíssimo Jorge Bertolaso Stella, nº 79, Jardim Santa Ana, em Mogi Mirim/SP, portador da Carteira de Identidade n.º 28.938.071-SSP/SP, CPF n.º 214.039.198-52;

LOTE 4 – Rafine Móveis Ltda, com sede na Rodovia BR 040 – KM 522/523, s/n, em Contagem/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.112.476/0001-40, neste ato representada por seu procurador, Sr. Altair Alves Eler, residente à Rua Garcia Rodrigues, nº 365, Jardim Industrial, em Contagem/MG, portador da Carteira de Identidade n.º M 5.512.489, CPF n.º 666.470.026-34;

LOTE 6 – Tecno 2000 Indústria e Comércio Ltda, com sede à Rua Vereador Décio de Paula, nº 101, Bairro Planalto, em Formiga/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.306.287/0001-52, neste ato representada por sua procuradora, Flávia Roberta Ribeiro Silva, residente à Rua Francisco Pieroni, nº 40, bairro Rosário, em Formiga/MG, portadora da Carteira de Identidade n.º MG 14.783.314 SSP/MG, CPF n.º 075.305.916-90;

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de mobiliário estofado, especificados no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 091/2007 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

0

1

2

3

538
102

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata inicia-se na data de sua assinatura e os preços registrados vigorarão para Autorizações de Compra assinadas pelo fornecedor até o dia **23/10/2008**, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do § 2º do art. 4º do Decreto 43.652/2003.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

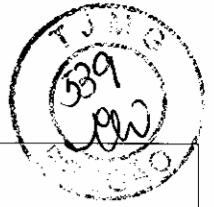
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis assinar a Autorização de Compra.

5.1 Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.



6.1 Local e horário para entrega: Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário-COPAT, situada na Av. Pedro II nº 2939, Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 16:30 horas.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei federal nº 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3 Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.



8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR

8.2.1 Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;



8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital .

8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino;

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário-COPAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

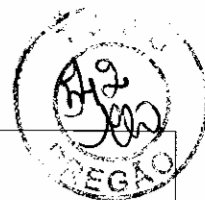
9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.



DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA. O reajustamento dos preços somente poderá ocorrer após 12 (doze) meses decorridos da data limite para apresentação da proposta, com aplicação do percentual de variação mensal acumulado ao IGPD (FGV), até o mês do reajuste, mediante a concordância das partes.

10.1. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

10.2. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, como exemplo notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.



11.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no caderno II do Jornal "Minas Gerais", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.7. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Autorização de compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1 – Ficarão impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº 44.515, de 14.05.2007), o licitante que:

a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou autorização de Compra, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

c) não mantiver a proposta;

d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou Autorização de Compra;

e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2 – Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:



b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº 44.515/07).

12.3 – A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.4 – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços-GEComp.

13.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.



13.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2007.


Pelo Tribunal:


Desembargador Orlando Adão Carvalho
Presidente

Pelos Fornecedores:

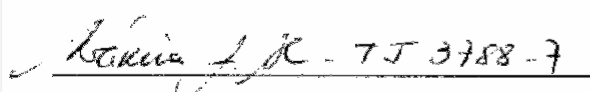

Primomondo Indústria de Móveis Ltda.
Antonio de Oliveira Azevedo

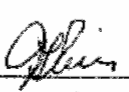

Coperflex Ind. e Com. de Móveis e Peças p/ Escritório Ltda
Luiz Carlos Ferreira dos Reis


Rafine Móveis Ltda.
Altair Alves Eler


Tecno 2000 Indústria e Comércio Ltda.
Flávia Roberta Ribeiro Silva

Testemunhas:





ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 009/07)

LOTES	ITEM	QUANT. LI CI TADA	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	FORNECEDOR
1	1.1	400	Longarina estofada, 2 assentos	Primomondo	R\$ 230,00	Primomondo Indústria de Móveis Ltda
	1.2	800	Longarina estofada, 3 assentos	Primomondo	R\$ 360,00	Primomondo Indústria de Móveis Ltda
2	2.1	320	Sofá de 2 lugares em tecido preto	Coperflex/320	R\$ 267,00	Coperflex Ind. E Com. de Móveis e Peças p/ Escritório Ltda
3	3.1	3.000	Cadeira fixa, sem braço, em tecido preto.	Coperflex/3000	R\$ 40,00	Coperflex Ind. E Com. de Móveis e Peças p/ Escritório Ltda
4	4.1	3.200	Cadeira giratória revestida em tecido cor preto.	Lorenzzo Especial Nacional	R\$ 118,99	Rafine Móveis Ltda
5	5.1	240	Cadeira fixa com braço, em tecido cor preto, para interlocutor e jurado.	Primomondo	R\$ 116,00	Primomondo Indústria de Móveis Ltda
6	6.1	800	Poltrona giratória, com braço, em tecido cor preto.	Tecno2000/ PE-1022	R\$ 180,00	Tecno 2000 Indústria e Comércio Ltda

